

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:
DESAFIOS AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

**INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER:
CHALLENGES IN THE SCHOOLING PROCESSES**

Alessandra Nascimento Braga¹
Geize Cristina Vidal de Sá Barbosa²
Francisca Otávia da Silva³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de escolarização de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) na rede regular de ensino, destacando o perfil do aluno, suas particularidades, bem como o papel do professor nesse contexto. Trata-se de um tema contemporâneo e de grande relevância, investigado por meio de pesquisa bibliográfica em artigos, no repositório do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e em livros especializados. Os resultados evidenciam que, embora os desafios da inclusão sejam numerosos, ela é possível e necessária. O professor desempenha um papel central nesse processo, e quando está engajado em favorecer o desenvolvimento do aluno, adapta recursos, cria estratégias e transforma a sala de aula em um ambiente acolhedor e inclusivo. Nesse sentido, a formação docente, o aperfeiçoamento contínuo e a atualização profissional são fatores essenciais para garantir práticas pedagógicas mais efetivas e inclusivas.

Palavras-chaves: Autismo; Inclusão; Escolarização.

ABSTRACT

This study aims to analyze the schooling process of students with autism spectrum disorder (ASD) in mainstream education, emphasizing the student profile, their particularities, and the teacher's role in this context. As a contemporary and highly relevant topic, the research was conducted through a bibliographic review of academic articles, the Ministry of Education and Culture (MEC) repository, and specialized books. The findings reveal that although the challenges of inclusion are numerous, it is both possible and essential. Teachers play a central role in this process, and when they are committed to fostering student development, they adapt resources, create strategies, and transform the classroom into a warm and welcoming environment. In this regard, teacher training, ongoing professional

¹ Doutora, Mestra e Licenciada em Física pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Professora Adjunta III – Faculdade de Física (Campus Ananindeua) Universidade Federal do Pará (UFPA). alessandrabg@ufpa.br

² Especialista em Docência com Ênfase na Educação Inclusiva pelo Instituto Federal Minas Gerais (IFMG). Licenciada em Física pelo Campus de Ananindeua da Universidade Federal do Pará (UFPA). geizesa.28@gmail.com

³ Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano (SP). fran.otavia.silva@gmail.com

development, and continuous improvement are crucial to ensuring more effective and inclusive pedagogical practices.

Keywords: *Autism; Inclusion; Schooling.*

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por déficits na comunicação e interações sociais, sendo manifestados por dificuldades em reciprocidade socioemocional, comunicação verbal e desenvolvimento de relacionamentos. Variando de interações anormais a dificuldades em ajustar-se a diferentes contextos sociais. As dificuldades no autismo podem se manifestar de diferentes maneiras dependendo do estágio de desenvolvimento e idade da criança, além de outros fatores (American Psychiatric Association, 2014).

Assim sendo, os fatores das interações sociais são frequentemente afetados com os indivíduos no espectro. Sendo capaz de apresentar ou demonstrar diversas dificuldades em compreender e responder as questões das normas sociais, expressa emoções de maneira típica e manter relacionamentos (Barbosa *et al.* 2022).

Sob essa perspectiva, embora ainda não existam fundamentações científicas suficientes para determinar a causa ou um fator desencadeante, observa-se que a proporção de incidência é de 1 para 51, ou seja, 1% da população mundial é autista (Ecco & Dutra, 2023). Esta crescente prevalência reforça a importância de desenvolver pesquisas que possam atender a essas demandas de alunos com TEA, promovendo sua participação ativa e engajamento na aprendizagem (Almeida *et al.* 2024).

O trabalho com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ainda é um desafio para a escola regular de ensino, muitas vezes, existindo desafios para o processo de escolarização e aprendizagem, devido ao desconhecimento, limitações ou dificuldades de aprendizagem que condicionam até a discriminação e ou exclusão social. O professor enquanto educador tem o desafio de tornar a inclusão dos alunos com TEA, um processo

eficiente, assegurando aos alunos, o acesso e a manutenção do aprendizado, respeitando as formas diferentes de aprender e trabalhando no desenvolvimento das potencialidades desses alunos (Mantoan, 2015).

No decorrer da vida da pessoa com TEA há a necessidade de olhar esta pessoa como alguém capaz de se relacionar, de ser incluso e conviver normalmente se tiver acesso as mesmas possibilidades que as demais pessoas. A inclusão social e educacional tem sido alvo de pesquisas e progressos principalmente sobre a importância do verdadeiro entendimento do conceito de inclusão e essa questão passa pelo compromisso da escola em atender a todos os alunos independentes da sua condição, considerando a necessidade de adaptar as atividades aos alunos com necessidades educacionais e incluí-lo no meio escolar (Mantoan, 2015).

Com relação as convivências do professor com o aluno especial em sala de aula, o educador lida com o desafio de superar dificuldades iniciais e desenvolver as habilidades sociocognitivas dos alunos, usando práticas baseadas na observação e na busca por recursos que ajudem a entender melhor o progresso desses estudantes na escola. Conforme destacado por Gardou (2009, p. 35):

A marca de uma escola inclusiva é a consciência que os professores têm da sua impossibilidade de prever, de maneira fiável, o futuro de uma criança (Como saber precisamente o que acontecerá?); a recusa do determinismo e do fatalismo (O que é permitido esperar?); a rejeição de uma pseudo-omnipotência do mestre que avalia e recusa fazê-lo, ele mesmo ou os seus métodos, em nome da liberdade pedagógica (Sou capaz de aceitar os limites do meu próprio saber?).

A percepção dos educadores sobre os alunos com TEA, influenciada pelo desejo de trabalhar com estudantes com necessidades especiais, pode moldar a prática pedagógica, afetando tanto o comportamento dos estudantes no ambiente escolar quanto a ênfase dada às suas habilidades ou dificuldades. Essa percepção está profundamente ligada à formação dos educadores, que desempenha um papel fundamental na escolarização desses alunos, proporcionando coerência ao processo educativo e possibilitando investigações sobre o potencial de interação dos estudantes com autismo. Assim, é vital reconhecer a importância da formação, experiência e abordagem do educador no atendimento aos alunos com TEA,

especialmente em um contexto de transformação constante na educação (Gardou, 2009; Camargo & Bosa 2009).

A inclusão escolar de alunos com TEA deve ser pensada como um processo que vai além da simples inserção desses estudantes nas salas de aula regulares. Ela exige um planejamento educacional que considere as necessidades individuais de cada aluno, com adaptações pedagógicas específicas. O papel da AEE nesse contexto é fundamental, pois ele oferece suporte especializado para os alunos, colaborando na construção de práticas pedagógicas que valorizem suas habilidades e promovam a autonomia.

Para que a inclusão seja efetiva, estudos apontam a necessidade de formação continuada dos professores (Bosa, 2006; Schmidt *et al.* 2016), destacam que muitos profissionais se sentem despreparados para lidar com as especificidades do TEA, o que pode resultar em práticas convencionais e na perpetuação de barreiras sociais e acadêmicas para esses alunos. A formação continuada permite que os educadores adquiram conhecimentos sobre disciplinas pedagógicas apropriadas, como o uso de metodologias ativas e tecnologias assistivas, facilitando a integração desses estudantes no ambiente escolar.

Esses desafios exigem uma abordagem que respeite a aprendizagem de cada aluno e promova um ambiente onde os mesmos se sintam seguros e compreendidos. A falta de adaptação ou de conhecimentos sobre as particularidades do TEA pode levar a interpretações equivocadas dos comportamentos dos alunos, o que, em muitos casos, pode prejudicar o processo de escolarização e o desenvolvimento dessas crianças na escola. Neste cenário, o objetivo deste trabalho permite-se consolidar uma base teórica para discutir a inclusão de alunos com TEA, suas implicações educacionais e os desafios enfrentados no processo de escolarização desses alunos.

2. ITEM TEÓRICO

Desde dezembro de 2012, a Lei Federal 12.764, que considera os autistas como pessoas com deficiência, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA,

onde os autistas têm direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas as de Educação (Brasil, 2011).

Entretanto, temos ainda um caminho amplo para desenvolver, aprimorar e aplicar metodologias direcionados aos alunos autistas, e através de desenvolvimento de pesquisas feitas por profissionais pode-se promover uma educação de qualidade e potencializar um eficaz aprendizado ao aluno com transtorno do espectro autista.

O processo de escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista apresenta desafios específicos que incluem adaptações curriculares, formação docente contínua e apoio especializado, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde esse atendimento é “compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” (Brasil, 2011, p. 01). Dessa forma o AEE se caracteriza por:

I -prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II -garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III -fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV -assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

3. ITEM TEÓRICO

A inclusão dos alunos com o transtorno do espectro autista nos ambientes escolares é indispensável para uma melhor qualidade de desenvolvimento das diversas capacidades e habilidades de aprendizagem. Neste sentido, os ambientes escolares devem cada vez mais propiciar as condições básicas e essenciais de adaptação dos ambientes ou espaços físicos, ações dos professores e adaptações aos conteúdos de ensino e entre outros fatores (Bianchi *et al.*, 2023). Ainda de acordo com (Weizenmann *et al.*, 2023, p. 2):

Em termos históricos, verifica-se a luta das pessoas com deficiências e seus familiares pelos seus direitos em nível mundial através das diferentes

convenções e declarações. No Brasil, a Constituição Federal (Brasil, 1988), já postula em seu artigo 208, o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Direito garantido também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Ainda, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) garante o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e uma série de possibilidades/recursos, a fim de que a educação seja de qualidade para todos, considerando a diversidade dos educandos presente na sala de aula.

3.1. A Construção Legal da Educação Inclusiva no Brasil

Em nosso país, as políticas públicas e leis a respeito dos direitos de inclusão dos alunos com o transtorno do espectro autista na esfera da educação regular ocorrem a partir da Constituição Federal (1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Que garantem o acesso, a permanência e a qualidade do ensino ofertado nos espaços educativos por meio de metodologias pedagógicas adaptadas a realidade do aluno. A partir dos anos 1990 foi intensificado diversas ações pela luta da educação mais inclusiva e com o fortalecimento de mais leis para a garantia dos direitos como o Decreto 3.956/2001, a Lei nº 10.172/2001, a Lei nº 10.439/2002, a Resolução CNE/CP nº1/2002, o Decreto nº 5.296/2004, Decreto nº 5.626/2005, o Decreto nº 6.094/2007 e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Pedrosa, *et al.*, 2018).

Pedrosa, *et al.*, 2018 ainda destacam a respeito desses documentos e leis de uma maneira mais específica para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que estabelece direitos ao acesso dos espaços escolares por todos os alunos sem padrões de diferença sociais, raciais, características físicas e dentre outros aspectos. Com relação ao público alvo do Atendimento Educacional Especializado, que são pessoas que apresentam deficiência, transtornos de desenvolvimento e dentre outras necessidades especiais. A lei estabelece a valorização e a inclusão das diferenças na construção dos projetos pedagógicos para a valorização e participação dos alunos com necessidades especiais com a eliminação de qualquer tipo de dificuldade imposta ao acesso do conhecimento aos conteúdos dos currículos ou grades escolares.

3.2. Diretrizes do Decreto nº 7.611/2011 para a Educação Inclusiva

Enquanto o Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011, p. 01) que cita a respeito dos direitos das pessoas com algum tipo de deficiência, relata algumas orientações em políticas públicas que garantam e promovam o acesso a uma educação de qualidade. Entre as responsabilidades do Estado são citados no artigo e incisos:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. § 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

4. METODOLOGIA

O estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica, buscando acompanhar e compreender a produção de um determinado tema com a síntese de literatura acadêmica já publicada que abordam tópicos semelhantes de temas ou assuntos com a possibilidade de realização de análises e avaliações de diversas informações das principais contribuições teórica em determinada questão de estudo (Campos *et al.* 2023).

Para o momento da revisão da literatura científica, este estudo não determinou a questão de um período na recuperação dos trabalhos acadêmicos. Deste modo, a principal intenção do estudo foi a elaboração do mapeamento da produção da literatura acadêmica com essa temática (Hamer, *et al.* 2014).

Para a etapa de seleção da recuperação de literatura científica, foram utilizadas bases de dados como o Google Acadêmico (Coelho & Cavalcante, 2023) que ocorreu no período dos meses de junho, julho e agosto de 2024.

Foram analisadas diversas fontes acadêmicas, legislações e documentos oficiais, possibilitando um estudo consolidado a respeito da inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista e as práticas pedagógicas envolvidas. Sendo selecionados um total de 15 artigos científicos que discutem a inclusão escolar de alunos com autismo, com foco em práticas educacionais e a formação de professores.

Na etapa do critério de inclusão da recuperação dos trabalhos acadêmicos foram selecionadas as publicações científicas que apresentavam ou abordavam os conteúdos de pesquisas que tratam diretamente da escolarização de alunos com transtorno do espectro autista. Buscando compreender como o processo da inclusão acontece em diferentes cenários educacionais e quais são os principais obstáculos enfrentados pelas escolas e professores no processo de ensino-aprendizagem dos alunos (Nunes *et al.* 2013).

5. ANÁLISE

O processo de escolarização e a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista na rede regular de ensino apresenta enormes desafios como, principalmente, a socialização e a aprendizagem dos conteúdos de ensino (Cabral *et al.* 2021). Os indivíduos que apresentam o transtorno do espectro autista geralmente têm demonstrado características semelhantes como dificuldades aos fatores de socialização ou integração social, dificuldades nos processos de comunicação e outros aspectos bastante importante de ser destacado é a ausência de interesse nas atividades de uma forma mais ampla (Cabral & Manin, 2017). De acordo com Correia *et al.*, (2024, p. 3312):

A inclusão escolar de alunos com TEA exige uma abordagem holística que vai além da simples presença física dos estudantes na sala de aula. A pesquisa revelou que o conhecimento profundo que as famílias têm sobre seus filhos é um recurso valioso para a personalização do ensino e a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo. A colaboração constante entre a escola e a família permite a identificação e adaptação de estratégias que

atendam às características específicas de cada aluno, melhorando a eficácia do processo educativo.

O processo da inclusão vai além de somente incluir esses alunos no espaço da sala de aula. Ou seja, demanda ou necessidade de uma adaptação curricular, formação docente especializada e suporte, como o atendimento educacional especializado (AEE) (Barbosa, *et al.* 2022). Isso demandaria a implementação de reformas educacionais, incluindo ajustes nos currículos, mudanças nas formas de avaliação, aprimoramento da formação docente, adaptações nas infraestruturas das escolas e a adoção de uma política educacional mais inclusiva e participativa (Mendes, 2006). Dessa maneira em (Brasil, 2011, p. 02):

I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado; II - implantação de salas de recursos multifuncionais; III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais; V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. § 3º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

Outro aspecto cada vez mais indispensável nos ambientes escolares são os processos de comunicações conjunta entre professores e pais. Devido essas ações conjuntas fortalecem o desenvolvimento de metodologias de ensino mais adaptadas ao contexto e as necessidades de aprendizagem de forma mais individual de cada aluno com o transtorno do espectro autista. Sendo essencial essa valorização da participação familiar nos ambientes escolares. “§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial (...). Neste sentido, Correia *et al.*, (2024, p. 3312):

Além disso, a comunicação aberta entre pais e educadores se mostrou essencial para a identificação de desafios e a co-criação de soluções. Esse diálogo contínuo não só facilita a adaptação das práticas pedagógicas, mas também contribui para o bem-estar emocional dos alunos, fortalecendo sua autoestima e motivação para o aprendizado. A participação ativa das famílias no desenvolvimento e na aplicação das estratégias educacionais também ajuda a criar um ambiente de aprendizagem mais consistente e seguro, o que é fundamental para a generalização das habilidades adquiridas.

A análise dos dados revela que, apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda existem lacunas na implementação desses mecanismos de inclusão (Mendes, 2018). O Atendimento Educacional Especializado é apontado como uma ferramenta ou estratégia essencial para a inclusão de alunos com TEA. Devido o fornecimento dos recursos e estratégias necessárias para uma aprendizagem mais significativa desses estudantes. A respeito das políticas educacionais (Matos & Mendes, 2016, p. 42) afirmam que:

Ela orienta os sistemas de ensino para: o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; oferta do atendimento educacional especializado (AEE); formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos móveis, nas comunicações e informação; articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

No entanto, a efetividade da inclusão depende, em grande parte, da formação dos professores. Estudos mostram que diversos educadores ainda se sentem despreparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos com TEA. “Diversos estudos têm apontado o papel do professor para a adequada inclusão de crianças com autismo e o impacto dessa inclusão no desenvolvimento de habilidades acadêmicas, sociais e de comunicação em crianças com TEA (Camargo & Bosa, 2012 apud. Camargo *et al.* 2020, p. 3)”.

Os principais resultados das análises da literatura científica revelaram um padrão de carência em pesquisas que abordem os mais diferentes cenários de dificuldades que são enfrentadas pelos professores nos processos e etapas de ensino e aprendizagem de crianças que apresentam o TEA. Diante deste contexto, os trabalhos que estão mais disponíveis nas áreas de educação e psicologia, os temas mais abordados estão concentrados em momentos de percepção das próprias crianças e principais desafios da inclusão escolar de alunos com o TEA.

De acordo com Gomes *et al.* (2010) os trabalhos que abordam a escolarização inclusiva devem relatar os mais diversos aspectos envolvidos no autismo.

Apesar das políticas nacionais de educação inclusiva, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Os ambientes escolares ainda enfrentam dificuldades para a implementação e cumprimento das diretrizes educacionais. Portanto, os resultados demonstram que, para que o processo de escolarização de alunos com TEA na rede regular de ensino seja eficaz, é fundamental que haja um avanço contínuo na formação dos profissionais envolvidos. A inclusão precisa ser detalhada como um processo que vai além do simples acesso à escola, exigindo práticas pedagógicas que respeitem as particularidades de cada aluno e promovam seu desenvolvimento.

6. CONCLUSÕES

Todo tema que diz respeito a educação é de relevância a sociedade e ao próprio sistema de ensino, visto que é por meio das ferramentas de pesquisas e estudos de revisão bibliográficas que o mundo evolui de maneira constante em todos os campos do saber. Neste sentido, o trabalho realizado aconteceu com o intuito de afirmar que a educação é um direito de todos e fundamental ou essencial para compreendermos como a escola é cada vez mais indispensável na vida das pessoas. Pois, neste ambiente, se reforçam os valores sociais, se constroem e se alicerçam mais, neste ambiente a diversidade é explorada de forma natural.

Sendo desta maneira um espaço de partilhas de momentos de culturas, debates, ensino, ideias, crenças, aprendizagem, desenvolvimento das capacidades de inclusão e diversos outros aspectos. Além deste anseio que a escola seja um lugar de todos, permeiam pensamentos e questionamentos, dentro desta perspectiva aparecem sempre os termos “desafios e dificuldades”, será? Sim, de fato, o processo seria perfeito, se não existisse barreiras ao longo do trabalho escolar. O processo de efetiva escolarização, é um dos enormes desafios encarados principalmente pela rede pública regular de ensino.

Como já mencionado o professor é muito importante no processo, e quando ele está engajado em fazer com que o aluno se desenvolva ele adapta recursos, ele cria meios para transformar a sala de aula em ambiente acolhedor e acolhedor. Ressalta-se que está não é uma crítica, pois é importante que

escola tenha a capacidade de ofertar a seus educandos e aos seus profissionais todo material necessário a aprendizagem e pleno desenvolvimento de seus alunos, portanto para que as dificuldades sejam de fato superada é preciso que além de contar com a criatividade do educador sejam garantido estrutura adequada para este trabalhar, bem como apoio às famílias.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 50 p.

ALMEIDA, P. H. P. S.; MAZONI, A. R. G.; CONCEIÇÃO, V. **Aprimorando a participação: estratégias para apoiar alunos com autismo na educação física escolar**. 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BARBOSA, M. P.; SILVA, J. G. M.; PRADO, R. R.; SILVA JÚNIOR, C. A. B. Ensino de Física: **Metodologia ativa e Recursos Adaptados para Alunos Autistas**. A Física na Escola, v. 20, p. 210604-1-210604-8, 2022.

BIANCHI, V. A.; LEPRE, R. M.; CAMPANHARO, A. S. **A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**. 2023. Preprints.scielo.org

BOSA, C. A. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 28, p. 47-53, 2006.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. **Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura**. Educação em revista, v. 33, p. e142079, 2017.

CAMARGO, S. P.; BOSA, C. A. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura.** *Psicologia Social*, v. 21, p. 34-65, 2009.

CAMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L. D.; CRESPO, R. O.; OLIVEIRA, C. R. D.; MAGALHÃES, S. L. **Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores.** *Educação em Revista*, v. 36, p. e214220, 2020.

CAMPOS, L. R. M.; CRUVINEL, B. V.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. O. **A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NUMA ABORDAGEM QUALITATIVA.** *Cadernos da FUCAMP*, v. 22, p. 96-110, 2023.

CABRAL, C. S.; FALCKE, D.; MARIN, A. H. **Relação família-escola-criança com transtorno do espectro autista: percepção de pais e professoras.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, p. 493-508, 2021.

COELHO, G. G.; ROCHA, L. P.; CAVALCANTE, J. G. **Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural: A theoretical study on school inclusion of children with autism from the perspective of Historical-Cultural Psychology.** *Revista Cocar*, v. 18, p. 1-19, 2023.

CORREIA, S. G.; LEITE, L. M. P.; DIAS, A. A. S.; DE ARAÚJO PIRES, C.; ARAÚJO, B. S., DOS SANTOS, D. J.; ... & DE SOUSA DINIZ, L. C. **Inclusão escolar e autismo: A importância da colaboração familiar para o suporte aos alunos autistas.** *LUMEN ET VIRTUS*, v. 15, n. 39, p. 3305-3314, 2024.

ECCO, F. C. P. P.; DUTRA, L. H. N. **Autismo e educação: o processo inclusivo do aluno autista nos anos iniciais do ensino fundamental.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, p. 2186-2194, 2023.

GARDOU, C. **As situações de deficiência no processo de escolarização: Quais os grandes desafios da Europa?** *Revista Lusófono de educação*, v. 14, p. 20-43, 2009.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. **Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 16, n. 3, p. 375-396, set. 2010.

HAMER, B. L.; MANENTE, M. V.; CAPELLINI, V. **Autismo e família: revisão bibliográfica em bases de dados nacionais.** *Rev. Psicopedagogia*, v. 31, p. 169-77, 2024.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. **A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais.** *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 10, p. 35-59, 2016.

MENDES, E. G. **Políticas de inclusão escolar e o papel do atendimento educacional especializado.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 1, p. 45-60, 2018.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, 2006.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura.** *Revista Educação Especial*, v. 26, p. 557-572, 2013.

PEDROSA, D. H. A.; SANTIAGO, D. M. G.; SEDÍCIAS, E. G.; SILVA, L. M. **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E A INCLUSÃO ESCOLAR.** *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXVIII, Nº. 000144, 21/11/2018. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/transtorno-do-espectro-autista-tea-e-inclusao-escolar> Acessado em: 29 mai. 2025.

SCHMIDT, C.; NUNES, D. R. P.; PEREIRA, D. M.; OLIVEIRA, V. F. D., NUERNBERG, A. H.; KUBASKI, C. **Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas.** *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 17, p. 222-235, 2016.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. **Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes.** *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, p. e217841, 2020.